

Sindsep/MA elege comissão coordenadora eleitoral



Em meio ao turbilhão de medidas contra os trabalhadores e seus sindicatos o Sindsep/MA mostrando a força de seus integrantes lotou o auditório do sindicato para a realização da Plenária Estadual para a eleição da Comissão que irá coordenar o processo Eleitoral para a eleição da nova diretoria e Conselho Fiscal para o triênio 2019/2022.

Mais de cem pessoas de todo o Maranhão entre diretores, delegados de Base e filiados participaram da Plenária. Durante o evento, no primeiro momento, foi apresentado, discutido e aprovado o regimento eleitoral que irá regulamentar todo o processo de sucessão, incluindo a eleição dos novos Delegados Sindicais de Base; a forma de coleta e apuração de votos, etc. Em seguida foi aberto o processo eleitoral de escolha dos Membros da Comissão Coordenadora Eleitoral (três titulares e três suplentes). Após a eleição, a referida Comissão ficou assim composta: Titulares: Ariolina Machado de Jesus Moraes; Maria de Lourdes Salgado e, Conceição de Maria Reis; e três suplentes: Silvanette Marta Ferreira da Silva; Nilza Carvalho Miranda e, Adilson José Coutinho.

Esse é um momento importante para o sindicato que ao eleger sua nova diretoria renova sua capacidade de luta por parte dos novos membros da diretoria e pelo envolvimento da Base no processo eleitoral, estreitando assim a relação entre os trabalhadores e o sindicato.

“A quantidade de pessoas presentes e que efetivamente participaram da Plenária nos traz confiança para que possamos construir um novo período de fortalecimento do Sindsep; dos serviços públicos e para os servidores”, disse o presidente Raimundo Pereira.

Momentos difíceis ajudam a lembrar que somente com a união de todos os desafios serão vencidos. O Brasil está passando por um período extremamente complicado por conta do golpe jurídico/parlamentar que retirou uma presidente legalmente eleita e pôs em seu lugar um presidente ilegítimo que destruiu os direitos trabalhistas e trabalhou para a eleição de um governo ultraliberal que quer acabar com os serviços públicos. É com esse cenário que a nova gestão do Sindsep terá que conviver.

“Nosso sindicato sempre foi vanguarda no movimento sindical e agora mais uma vez mostraremos que com unidade, vontade e muita disposição iremos conseguir neutra-



lizar as ações nefastas desse novo governo”, disse João Carlos Martins, diretor de Formação do Sindsep

O processo eleitoral do sindicato é o momento em que os filiados têm a oportunidade democrática de definir e escolher seus representantes que irão formar e organizar os trabalhadores para resguardar seus direitos e garantir mais conquistas.

“Nosso sindicato sempre teve como marca a grande participação da base em suas instâncias, ajudando a construir e definir os rumos da nossa luta”, disse Valter César Figueiredo, diretor da Condesef/Fenadsef e diretor de Comunicação do Sindsep/MA.

Maranhão se posiciona contra a Medida que retira atribuições do CONSEA

No primeiro dia de mandato, o presidente Jair Bolsonaro retirou atribuições do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e revogou trechos da lei referentes a sua composição, por meio da Medida Provisória 870/2019, que na prática retira a fiscalização que é feita pela Sociedade civil tornando o Consea sem utilidade.

Diante dessa situação o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA/MA e o Fórum Maranhense de Segurança Alimentar - FMSAN, reuniu nesta terça-feira, 08, com a sociedade, representada pelos povos tradicionais, povos de matriz africanas, entidades agroecológicas, agricultores familiares, oito secretarias de governo, CONAB, estudantes de nutrição para tratar dos impactos que esta medida causa nas Políticas Públicas de combate à insegurança alimentar e nutricional.

“A medida provisória que extingue o CONSEA nacional fragiliza os Conselhos Estaduais e conseqüentemente os Conselhos Municipais, embora os mesmos tenham sua legislação própria. Então, juntamos e integramos o máximo de representantes da sociedade para discutir e elaborar os encaminhamentos para apoiar a permanência do CONSEA Nacional”, explicou a presidente do CONSEA -MA, Concita da Pindoba.

O Consea é composto por dois terços de representantes da sociedade civil e um terço de

representantes governamentais, e é um espaço institucional para o controle social e participação da sociedade na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, com vistas a promover a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, em regime de colaboração com as demais instâncias do Sisvan.

O Conselho atua na fiscalização da implementação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE, monitoramento das cozinhas comunitárias e restaurantes populares, além das políticas de assistência técnica e regularização fundiária. “A gente tem a missão de fazer com que o Governo garanta o direito humano a alimentação adequada a todos os povos, com a implantação de políticas públicas, com equipamentos, programas, ações e informações de segurança alimentar”, concluiu Concita.

Durante a reunião foram afirmados vários encaminhamentos como: reunião com o Governo do Estado, audiências públicas com os deputados federais e estaduais, mobilização dos conselhos de outros estados, pedir apoio de entidades que apoiem as políticas de segurança alimentar tanto a nível nacional quanto internacional, além de envolver os municípios e a sociedade.

Representando o Governo do Estado, Louvidia Caldas, secretária adjunta de segurança alimentar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDDES, disse que esse anúncio do

Governo Federal impactou bastante um conselho tão atuante como o Consea.

“O Governo do Estado do Maranhão tem um relacionamento muito forte com esse Conselho que é muito atuante. Nós conseguimos trabalhar em conjunto, inclusive descendo aos municípios para monitoramento e assessoramento das ações. Uma prova disso foi o acréscimo dos municípios ao sistema de SAN, um salto de 11 para 47 municípios que aderiram ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional-SISVAN no Estado do Maranhão e a meta é atingir 150 municípios até final de deste ano”, pontuou Louvidia.

A Associação Brasileira de Nutrição (Asbran) divulgou nota, no Jornal O Globo, em que repudiava as mudanças envolvendo o Consea. De acordo com a associação, o conselho tem papel fundamental para garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

“Na prática, a ação do governo acaba com o conselho, que, nos últimos anos, teve papel fundamental para garantia do DHAA e foi importante articulador das políticas de segurança alimentar e nutricional no país, além de envolver de maneira efetiva a representação da sociedade civil que mantém vínculos estreitos com este tema”, diz a nota.

Segundo a Asbran, a medida é “um retrocesso incomparável nas políticas de segurança alimentar e nutricional, justamente em um momento em que o país precisa aprofundá-las”.